



# Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 1978

ANO IV

## 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1978

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob o número 25/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO o Projeto de Lei nº: 127/77: Do Sr. Deputado Dácio Leonel, que denomina "Professora Benedita Rosa Rezende", a Unidade Escolar do Horto Florestal, da Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.993. — **Agradeça-se.**

Do Sr. Engenheiro Amílcar Neves Ribas, Diretor Presidente da Cia. Paranaense de Silos e Armazéns, fornecendo esclarecimento quanto ao pronunciamento do Excelentíssimo Sr. Deputado Osório Valter Pietrângelo, alegando estar aquela Unidade Armazenadora da COPASA em Barbosa Ferraz, sido subornada pelo Sr. Prefeito Municipal daquele município. — **Ao conhecimento da Casa e do Sr. Deputado interessado.**

### INDICAÇÕES:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na condição de Líder do Movimento Democrático Brasileiro nesta Assembléia Legislativa, através desta INDICAÇÃO, vem indicar os nomes dos Deputados do MDB, para integrarem as respectivas Comissões Permanentes da Casa:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputados: Muggiati Filho, Nelson Buffara, Maurício Fruet, Osvaldo Macedo e Waldenício Barbalho. Suplentes: Deputados: Nilso Sguarezi, Lineu Turra e Trajano Bastos.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Deputados: José Antônio Del Ciel, Benedito Lúcio Machado e

Edilson Alencar. Suplentes: Deputados Valter Pietrângelo e Adalberto Daros.

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Deputados: Antônio Facci, Deni Schwartz e Domício Scaramella. Suplentes: Deputados Ernesto Dal'Oglio e Benedito Lúcio Machado.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

Deputados: Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato e Edilson Alencar. Suplentes: Deputados Otássio Pereira e Renato Bernardi.

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Deputados: Lineu Turra, Valter Pietrângelo e Jayme Carvalho. Suplentes: Deputados Deni Schwartz e Adalberto Daros.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Deputados: Renato Bernardi, José Antônio Del Ciel e Edilson Alencar. Suplentes: Deputados Nelson Buffara e Maurício Fruet.

#### COMISSÃO DE TERRAS,

#### IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Deputados: Jayme Carvalho, Trajano Bastos e Hélio Manfrinato. Suplentes: Deputados Domício Scaramella e Otássio Pereira.

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

Deputados: Nilso Sguarezi, Jayme Carvalho e Benedito Lúcio Machado. Suplentes: Deputados Adalberto Daros e Trajano Bastos.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Deputados: Ernesto Dal'Oglio, Nilso Sguarezi e Trajano Bastos. Suplentes: Deputados Nelson Buffara e Edilson Alencar.

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Deputados: Lineu Turra, José Antônio Del Ciel e Osvaldo Macedo. Suplentes: Deputados Maurício Fruet e Waldenício Barbalho.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Deputados: Antônio Facci, Hélio Manfrinato e Nilso Sguarezi. Suplentes: Deputados Adalberto Daros e Domício Scaramella.

#### COMISSÃO DE TURISMO

Deputados: Nelson Buffara, Adalberto Daros e Otássio Pereira. Suplentes: Deputado Ernesto Dal'Oglio e Maurício Fruet.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Deputados: Deni Schwartz, Nelson Buffara e Benedito Lúcio Machado. Suplentes: Deputados Antônio Facci e Valter Pietrângelo.

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Deputados: Renato Bernardi, Trajano Bastos e Muggiati Filho. Suplentes: Deputados Valter Pietrângelo e Maurício Fruet.

#### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Deputados: Maurício Fruet, Lineu Turra e Deni Schwartz. Suplentes: Deputados Ernesto Dal'Oglio e Nelson Buffara.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) ENÉAS FARIA

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na condição de Líder do Movimento Democrático Brasileiro nesta Assembléia Legislativa, através da presente INDICAÇÃO, procede o fornecimento dos nomes dos Srs. Deputados Adalberto Daros, Nelson Buffara e Valter Pietrângelo, na condição de titulares, e dos Srs. Deputados Lineu Turra e Domício Scaramella, na condição de suplentes, para integrarem a CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga atividades do IPE —

Instituto de Previdência do Estado.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) ENÉAS FARIA

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na condição de Líder do Movimento Democrático Brasileiro nesta Assembléia Legislativa do Estado, através da presente INDICAÇÃO, procede o fornecimento dos nomes dos Srs. Deputados Adalberto Daros, Nilso Sguarezí e Trajano Bastos, na condição de titulares, e dos Deputados Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho, na condição de suplentes, para integrem a CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a CRIMINALIDADE no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) ENÉAS FARIA

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, requer em regime de urgência, o desentranhamento do projeto de lei de sua autoria, que pede a criação do Município de Figueira; bem como a documentação anexa, inclusive a justificativa da CCJ, que mandou arquivar através do Ofício n.º 134/77.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento da Senhora HAIDEE BASSANI, falecida no dia 03 de março corrente, no Município de Pitanga.

A extinta era parte de uma das mais tradicionais famílias do Município de Pitanga. HAIDEE BASSANI faleceu aos 64 anos de idade, depois de trilhar uma vida de lutas e alegrias, junto à sua numerosa família, que se espalha por toda a região.

Requer, outrossim, que se dê ciência à família enlutada, através da Prefeitura Municipal de Pitanga.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor OLAVO DE CAMPOS, na data de hoje, aos 53 anos de idade, nesta Capital.

O extinto, nosso amigo e companheiro, era pessoa de grande relacionamento de amizade. Funcionário Público aposentado da Secretaria de Segurança Pública. Deixa com o seu desaparecimento, uma grande lacuna entre seus amigos e familiares.

Requer, outrossim, seja dado ciência a seus familiares, endereçando para a Rua Nicolau Schaffer, número 70 - Vila Tingüí - Bacacheri.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja

registrado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALBERTO ALFREDO MATZENBACHER.

O extinto era bastante relacionado em nossa cidade, tendo prestado relevantes serviços à comunidade, através das atividades que exerceu. Seu desaparecimento causou geral consternação na sociedade.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da professora Dona Lili Matzenbacher, coordenadora do SESI.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de regozijo pelo lançamento do periódico "O Brasil para Cristo em Revista", ocorrido no dia 05 transato, em São Paulo.

A solenidade de apresentação do novo órgão de informações, realizado no maior templo evangélico do mundo, situado no Largo da Pompéia, contou com a presença de milhares de pessoas de diversos Estados brasileiros. A caravana paranaense, coordenada pelo Reverendo Jahyr Dittrich, foi composta por mais de meia centena de representantes, que, como os demais participantes, apresentou ao grande líder evangélico, Missionário Manuel de Mello, os cumprimentos pela oportuna e inspirada iniciativa de trazer à lume a bem composta revista.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, ao Missionário Manoel de Mello.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura, solicitando a construção de dois prédios escolares, com 12 e 4 salas de aula, respectivamente, no Distrito de Sarandi, do Município de Marialva.

O Distrito de Sarandi, conta atualmente com 15.000 habitantes, e o estabelecimento de ensino existente não comporta mais a necessidade da população, obrigando uma grande parcela de estudantes a se deslocarem para Marialva ou Maringá.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) JORGE SATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., consubstanciado em solicitação para ver das possibilidades da instalação de uma agência desse estabelecimento bancário, no Distrito de Sarandi, do Município de Marialva, neste Estado.

Este pedido é formulado, tendo em vista o grande desenvolvimento e progresso que apresenta o Distrito de Sarandi, que atualmente conta com 15.000 habitantes, necessitando que seja instalada uma agência do Banco do Estado do Paraná S/A.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1978.

(a) JORGE SATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Governador Jayme

Canet Júnior, solicitando a interferência do Poder Executivo, objetivando regularizar a situação, juridicamente anômala, do Aeroporto de Ivaiporã, assim como do Grupo Escolar Barão do Cerro Azul e Posto de Puericultura daquela cidade.

Ocorre, Senhor Presidente, que os terrenos onde se localizam os referidos próprios públicos supra mencionados estão ameaçados de loteamento e venda por parte da SOCIEDADE TERRITORIAL UBÁ LTDA., a terceiros, infringindo a Lei Federal nº 58, e cláusulas da Escritura Pública de Colonização outorgada pelo Estado do Paraná, no 6º Tabelião de Curitiba, de 23 de novembro de 1950, com graves e seríssimos prejuízos à população do Município de Ivaiporã e região do vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1978.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após manifestação do Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, a íntegra do pronunciamento proferido pelo Ten. Cel. TARCÍSIO C. NUNES FERREIRA, Cmdte. do 13º BIB, de Ponta Grossa, no último dia quatro, durante reunião do Lions Club daquela cidade.

Que da medida, dê-se conhecimento por ofício ao emittente militar, com as homenagens deste Poder.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1978.

(a) NILSO SQUAREZI

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso da tribuna, Sr. Presidente, para encaminhar a esta Casa um pedido de informações ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, por entender que estranhei a forma de como este ano a Secretaria da Educação vem fazendo a distribuição e, bem como, a forma de como a Secretaria imprimiu ou autorizou alguém que imprimisse os cadernos para distribuição aos alunos carentes. Um caderno que traz nas capas a propaganda da Crush, do Instituto Nacional de Prevenção de Acidentes, "Vigorelli", "a doce arma da mulher moderna", Revendedor Autorizado no Estado do Paraná Hermes Macedo S.A., Instituto Internacional de Heráldica e Genealogia, "Roxo Corretagens", "Café Jubileu - o melhor que apareceu".

E o pior de tudo, Sr. Presidente, é que eu acho que o Governo do Estado, através da Secretaria, mesmo autorizando, autorizou também que se colocasse, e não custa barato isto, a fotografia do Ministro da Educação, em cores, o que é pior. Razão pela qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu faço a leitura do seguinte requerimento de informações: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o douto Plenário, as seguintes informações:

Qual o montante de cadernos a serem distribuídos no atual período escolar?

Por que razão, e em que data, a Secretaria da Educação e da Cultura autorizou a confecção de cadernos com propagandas comerciais, conforme se verifica pelo exemplar anexo?

Qual o critério adotado para tal fim?

Possui essa Secretaria outro tipo de cadernos (sem propagandas comerciais) para serem distribuídos a alunos carentes de recursos?

Qual a razão em se autorizar a foto (a cores), bem como os dados biográficos do Ministro da Educação e da Cultura nos cadernos?

Sem a foto e os dados biográficos o custo não seria menor, o que poderia beneficiar mais alunos carentes?

Sala das Sessões, em 8 de março de 1978."

Somente isso, Sr. Presidente. É o pedido de informações que encaminho para o Sr. Secretário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, a Mensagem do Senhor Presidente da República foi a água fria na fervura dos que acreditavam que o atual Governo pudesse concretizar as tão decantadas reformas liberalizantes do sistema.

O General Presidente foi incisivo de que qualquer reforma deve ser feita sob a égide do "pacote de abril".

Nesses quatorze anos em que o Poder da República ficou entregue às mãos militares, tem sido costumeira a interpretação — e forçosa a interpretação — que os militares mandando, infelizmente, o Poder tem sido usado discricionária e arbitrariamente.

E ninguém ignora, nesta Nação, que, no mundo inteiro, manchetes acusam o Brasil de viver sob uma ditadura militar. Ninguém ignora de que o mais modesto brasileiro, subjetivamente, porque falta coragem, muitas vezes, de objetivá e claramente afirmar que os militares brasileiros estão com o poder nas mãos e não demonstram intenções de abrir mãos desses poderes.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se trata de um assunto como este é bem perigoso tecer algum comentário, porque a vontade do Chefe, infelizmente, tem sido lei nesta Nação.

Sua Excelência, o Senhor Presidente da República tem demonstrado uma vocação incrível para usar este Poder.

Mas, Sr. Presidente, não se deve julgar a tropa por um de seus integrantes, principalmente por seu chefe.

Eu até estava cético com relação aos nossos militares, com relação às Forças Armadas, porque o único integrante, nestes 14 anos, o chefe militar que discordou publicamente, foi o General Sílvio Frota. E infelizmente, discordou para descambar para uma linha mais dura do que a seguida pelo Senhor Presidente da República.

Mas, Sr. Presidente, aqui no Paraná, irressou uma voz de alento, uma voz de esperança, para se acreditar ainda e não se perder as esperanças na vocação democrática de nossas Forças Armadas.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao pronunciamento incisivo, alentador, substancioso, que o Tenente-Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, Comandante de Tropa, militar de escol, proferiu na última semana, em Ponta Grossa.

Esse militar que extravasou aquilo que vai no íntimo de muitos militares brasileiros, que vai no íntimo da esmagadora maioria do povo brasileiro, desejoso de ver restaurado o estado de direito, esse militar, Sr. Presidente, proferiu, no Lions Club da cidade de Ponta Grossa, uma palestra que, forçosamente, deve ser inserida nos Anais desta Casa, para que, ao menos não se faça uma injustiça para com nossas Forças Armadas.

Como dizia eu, não se pode julgar a tropa por seu comandante. Se hoje o comandante supremo, soberano, absoluto, total, é o Presidente Ernesto Geisel, existem alguns militares no Brasil, e queira Deus sejam eles, na grande maioria, que ainda não abriram mão da vocação libertária, da vocação democrática, que a formação do militar brasileiro sempre teve.

Sr. Presidente, deixo de ler todo o pronunciamento do Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, para me ater apenas em alguns tópicos. Tópicos como estes em que o comandante de tropas assim frisa, — por isto, quando se esteriliza politicamente uma Nação pela ação de Governos totalitários, comprometido fica o aperfeiçoamento da sociedade nacional, posto que o espírito criador fica inibido pelo arbítrio primitivo. O sentido da crítica, ainda que construtiva, se atrofia pelo medo da incompreen-

são e conseqüentes represálias. A subserviência torna-se o refúgio do instinto de sobrevivência e a bajulação o escudo dos incapazes.

Por isto, Sr. Presidente, é que vemos florescer nesta Nação muitas incompetências gritantes que assumem postos de mando. Muitos bajuladores caracterizados nesta República que assumem posições de projeção. Enquanto que aqueles, cujo verdadeiro espírito de liderança, são barrados, porque num regime totalitário pode existir tudo, menos líderes. E no pensamento expressado por este militar, diz ele: — de que homens são conduzidos por homens e não por leis.

O que nós necessitamos nesta terra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no nosso modesto entendimento, é de que o homem tenha mais vez, é de que o homem possa participar, e participar da maneira mais democrática possível, escolhendo, realmente escolhendo, os homens que dirigem esta Nação.

Por isto, Sr. Presidente, diante desta argumentação, eu requeiro à Casa que sejam transcritos nos Anais desta Assembléia e comunicado posteriormente ao Comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindada de Ponta Grossa, Tenente-Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, a homenagem que estes representantes do povo prestam aquele militar que teve a coragem, o patriotismo, de dizer que deve ser restaurada a democracia no Brasil, que deve ser restaurado o estado de direito; e termino a minha argumentação procurando usar as palavras que aquele militar disse: — outros temem a democracia porque na verdade têm medo de perder o privilégio que desfrutaram nos postos em que se encastelaram e que lhes dão vantagens decorrentes da riqueza ou de poder.

A descontinuidade na prática da democracia cria um problema que, depois quanto mais tempo se leva para restabelecê-la, mais se torna difícil de solucionar. As novas gerações não são introduzidas no sistema e crescem com formação defeituosa, prorrogando, indefinidamente, a sua compreensão do que seja democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de regressar do panorama da terra rachada pela seca, dos prejuízos que os agricultores da região Oeste do Paraná irão sofrer e começam a sofrer, chegamos a Curitiba, onde, em sinal quem sabe de solidariedade ao agricultor, o Governo do Estado do Paraná se delonga em se definir a respeito do aumento do funcionalismo público estadual, matéria que, desde 1975, temos nos ocupado nesta tribuna.

"Depois de um prolongado e muito complicado período de gestação, acabou nascendo uma criança completamente normal, a qual, para uma perfeita alegria do funcionalismo público estadual, poderia ter sido anunciada em dezembro de 1977!

Conforme prevíamos, o quase reajuste dos vencimentos dos servidores públicos estaduais foi mais um ato político do que administrativo.

A orientação para que se desse um só valor básico para o percentual de aumento em cada nível, já havia sido anunciado há muito tempo pelos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Nada justifica, portanto, que o Governo do Paraná, conforme há havia acontecido no ano de 1977, mais uma vez usasse do expediente do retardamento do envio de mensagem para esta Casa, em flagrante prejuízo a seus assalariados.

Comprovamos, em 1977, que os juros do dinheiro retido pelos cofres públicos desde janeiro até à data da implantação do aumento nas folhas de vencimentos, daria para construir uma estrada pavimentada — vejam bem, pavimentada — de 20 quilômetros. Hoje, segundo cálculo procedido pelo IPARDES, com

a média de aumento do custo de vida, chegou à casa de 4,34% ao mês (3,69% em janeiro a 4,99% em fevereiro); em nossa Capital, o funcionário público estadual, além de contribuir para a construção de outros vinte quilômetros de estrada, irá receber o seu vencimento de janeiro desvalorizado para 80% do seu real valor.

Aliás, ainda ontem, quando o anúncio do aumento foi adiado por mais uma vez, comentávamos com alguns desesperançosos e desesperados servidores que diziam ser esse o entendimento de nossas autoridades:

"Para que mais aumento para o funcionário público? Não chega para eles o aumento das tarifas de energia elétrica, do telefone, do gás, da água, do pão, do leite, do café, do trigo, do arroz, do transporte coletivo, das anuidades escolares, do vestuário, dos alugueres, da gasolina, do automóvel (para poucos que podem pensar em adquiri-lo), dos calçados, dos imóveis, do dólar, da saída para o exterior, dos remédios e, até mesmo das flores?..."

Embora o reconhecido esforço de alguns setores para minimizar as conseqüências do angustiante problema que a cada ano se repete, vemos um trabalho que foi iniciado pelo Deputado Maurício Fruet em 1969 e ao qual demos seqüência desde que assumimos nosso mandato, como solução parcial obtida em 1977, quando se desencavaram os níveis iniciais de vencimentos, ir agora, por água abaixo, pois, temos certeza, em maio, por ocasião da elevação do salário-mínimo, voltaremos a enfrentar o problema do encavalamento ou achatamento dos primeiros níveis da escala de vencimentos!

Novamente, os funcionários mais humildes irão pagar pela falta de previsão e dedicação daqueles que se intitulam seus protetores!

Enquanto isso, o custo de vida, de maneira galopante, vai engolindo seus parcos salários.

Por outro lado, o pessoal de nível universitário continuará a perceber menos do que um simples guardião de Petróbrás ou mesmo serventes que prestam serviços em firmas particulares.

Não fica ridículo para o Paraná estabelecer uma tabela de vencimentos que deverá variar entre Cr\$ 1.421,00 e Cr\$ 6.103,00, quando, repetidamente, no Diário Oficial do Estado, são publicados tabelas de vencimentos de pequenos municípios do interior que chegam até mesmo a triplicar a valorização de idênticas funções exercidas pelos seus servidores, em confronto com aquilo que se paga aos servidores estaduais?

Quanto ao percentual único de aumento, já anunciado, tem como objetivo principal não descontentar qualquer classe de servidor no tocante a uma possível comparação quanto ao reajuste.

Todavia, em que pese a afirmação de que o reajuste seguir basicamente os mesmos valores da esfera federal, não procede, pois, lá, o salário-família foi reajustado para Cr\$ 81,00 (oitenta e um cruzeiros) enquanto que, em nosso Estado, o salário-família está sendo anunciado na base de Cr\$ 73,00 (setenta e três cruzeiros), como se houvesse diferença entre alimentação federal e estadual...

Desde que contamos com minoria nesta Casa e dificilmente a mensagem original será modificada, esperamos que, para compensar a defasagem que cada vez mais se acentua, o Governo cumpra aquilo que vem prometendo há vários anos e apronta os planos de reclassificação de cargos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo que estes últimos já se encontram em adiantada fase de estudos, tendo um deles já chegado às mãos do Chefe do Poder Executivo ainda no ano de 1977, e que este teima em não enviar à Assembléia Legislativa. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domini-

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiz desta tribuna, no ano passado, um requerimento solicitando um delegado especial para investigar as causas de um incêndio que no entender do povo de Ivaiporã, era um incêndio criminoso, o incêndio da Companhia Ubá, colonizadora de Ivaiporã e Jardim Alegre.

Ao final, fui ouvido, não talvez como testemunho, porque esta não foi a missão do delegado que veio à Assembléia do Estado para ouvir este Deputado, mas sim, como indiciado, porque à época em que fui ouvido como denunciante de um incêndio criminoso, quis a Companhia de Terras dizer que era uma calúnia, uma difamação cometida por parte deste Deputado que hoje volta à tribuna com a mesma carta e com a mesma voz.

Para a nossa satisfação, a Secretaria de Segurança Pública do Estado, através do ofício do titular de sua pasta comunica à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que o incêndio de fato, poderia ser criminoso porque existem fortes indícios de que um ex-funcionário da Companhia Territorial Ubá teria sido o autor daquele incêndio que destruiu os papéis e documentos não só históricos, mas documentos de posse, de domínio de terras, nos dois municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã.

Mas, como se o incêndio só não bastasse, agora, casos novos aparecem. Com a ida da pedra preta para Ivaiporã, como dizem os caboclos daquela região, o asfalto é a pedra preta, o aeroporto de Ivaiporã ficou ao lado da rodovia; e a companhia que tinha o dever, a obrigação de manter o aeroporto daquela cidade, porque no compromisso firmado quando o Estado vendeu as terras àquela companhia, ficou em escritura pública, taxativo, de que ruas, próprios, já localizados naquela área de terras, a companhia deveria respeitar. E, agora, a companhia de terras ameaça Ivaiporã, com planta para lotear o aeroporto daquela cidade, pelo do Estado do Paraná. Ameaça Ivaiporã, porque Ivaiporã tem a sua vida, também, baseada no transporte aéreo de centenas e centenas de proprietários rurais que para lá se deslocam, em aviões, para administrar as suas propriedades.

A Companhia, como se não bastasse, vendeu uma ruína jesuítica, contrariando Decreto-Lei Estadual, contrariando normas expressas do Governo do Estado do Paraná, de 1948, e, também, próprio que está até hoje sem escritura, comenta-se que a companhia irá lotear até o pátio de um grupo escolar, em Ivaiporã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tudo que tem vida, muda e, era de se esperar que a companhia também mudasse, porque os tempos mudaram; mas, já que grilou no ontem, quer grilar no hoje; e eu pensava que o grilo fosse, apenas, contra propriedades rurais mas, existe mais o grilo do aeroporto, existe o grilo de ruínas jesuíticas e nós não podemos, passivos, admitir que isto aconteça, num desrespeito às leis e às normas vigentes neste Estado.

E, para o cumprimento do dever de representante do povo paranaense, de representante daquela região e daquele pedaço de chão do Vale do Ivaí, eu venho, da tribuna, agora, pedir providências ao Sr. Secretário de Transportes e ao Sr. Governador do Estado, para que interfiram no sentido de Ivaiporã não ficar sem aeroporto, para responsabilizar a Companhia de Terras, Territorial Ubá, porque está agindo em discordância com a Lei 58. Um desrespeito ao povo, ao costume e à tradição do homem que é o pequeno proprietário de Ivaiporã, um dos municípios mais ricos e progressistas do Estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos novamente a solicitar providências e esperamos que o nosso pedido seja ouvido, porque senão outras e outras vezes aqui voltaremos para denunciar este absurdo. Não podemos admitir que seja loteado um aeroporto. Não podemos admitir que seja vendido uma ruína jesuítica.

Então, Sr. Presidente, requeiro que seja encaminhado ao

Sr. Secretário de Transportes e ao Sr. Governador do Estado, para as providências que achar necessárias.

Era só por hoje e muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

No início deste mês, o Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, encaminhou a S. Ex<sup>a</sup> o Sr. General Ernesto Geisel, Presidente da República, Memorial, consubstanciando longa justificativa e pedido veemente para que S. Ex<sup>a</sup> determinasse aos Srs. Ministros da Agricultura e da Fazenda, como também ao Sr. Presidente do Banco Central e ao Presidente do Banco do Brasil, medidas capazes de atenderem em caráter excepcional e de urgência, capazes, como disse, de atenderem a solução dos angustiantes problemas vividos pelos homens da área da agricultura neste Estado.

Disse naquele expediente, o Governador do Estado que “a prolongada estiagem que assola o Paraná, desde meados de dezembro, há havia provocado até o final do mês de fevereiro, uma redução de safras, no volume de cerca de 3 milhões, 770 mil toneladas, apenas nas culturas de café, algodão, milho, soja e, principalmente, arroz.”

Somente estes dados, segundo o Governador do Estado, já é representativo da gravidade da estiagem no Paraná, onde apenas chuvas rápidas e localizadas, determinaram a existência de inúmeras áreas no Oeste, Norte, Centro e Sudoeste do Estado, cuja precipitação foi principalmente nula, durante o período de meados de dezembro, de 77, até o final de fevereiro do corrente ano. Acrescido pela alta temperatura verificada e pelo ciclo de desenvolvimento das lavouras, trazendo aos produtores dessas áreas, prejuízos de grande envergadura.

O Sr. Enéas Faria — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Pediria ao brilhante Deputado Enéas Faria...

O Sr. Enéas Faria — Só uma informação de V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> lê um documento de autoria do Sr. Governador do Estado, encaminhado ao Presidente Ernesto Geisel?

O SR. IVO THOMAZONI — Para no final dizer dos contactos e das providências já anunciadas.

Dizia ele que “esta situação de suma gravidade, está trazendo à agricultura paranaense, apenas do sacrifício, especialmente ao pequeno e médio produtor, muitos na condição de arrendatários, que se vêem privados da produção deste ano, da qual dependem para saldar seus compromissos e para manutenção de suas famílias e propriedades, até o evento de uma nova safra”.

O panorama geral portanto, torna-se, segundo ainda as declarações do Governador, em memorial por S. Ex<sup>a</sup> encaminhado ao Presidente da República, ainda mais preocupador, pois sabe-se que os reflexos diretos da crise na agricultura, serão forçosamente sentidos em outros setores da economia, como o industrial, que se vê diminuído em sua matéria-prima, como no comércio de produtos agrícolas, e do consumidor final que será pressionado pela escassez e especulação do preço dos produtos. Isso sem se falar, naturalmente, dos reflexos indiretos que se farão sentir no comércio em geral, na diminuição da demanda de mão-de-obra, na redução de investimento em setores ligados à atividade agrícola, e até mesmo na própria vida sócio-econômica e política de grande parte da população paranaense.

E disse mais o Governador do Estado: “Não se deve perder de vista que o Paraná em 1976, contribuiu com cerca de 27% da produção de grãos do Brasil, e participou da geração de divisas, com 16% do total exportável, percentual que se eleva a 28% do que corresponde aos produtos básicos da agricultura brasileira, mantendo elevados índices de participação na produ-

ção agrícola nacional em 1977"

Diante desse quadro, de um lado, a frustração da safra, e do outro, a posição do Paraná na produção agrícola do País, é necessário que se tome medidas em caráter de excepcionalidade, para amenizar a situação do agricultor paranaense, e para garantir em anos vindouros a participação expressiva do Paraná no setor agrícola do País, agricultura essa que também é responsável direta e indiretamente pela sustentação do maior contingente populacional do Estado.

As medidas urgentes e excepcionais que não devem ser confundidas com atitudes paternalistas do Governo, e que virão dar condições ao produtor de continuar num processo produtivo, saldando seus compromissos, implantando novas lavouras, e mantendo a sua propriedade em família, foram pelo Sr. Governador do Estado, alinhadas nas seguintes prioridades: 1 — Face à situação vigente, urge que o Governo Federal passe a liberar imediatamente aos produtores e cooperativas o financiamento de 100% do valor da produção colhida, através da política de preços mínimos, ainda que se encurtassem os prazos de remissão e liquidação; 2 — prorrogação dos saldos dos financiamentos de custeio — 20% das lavouras amparadas pelo PROAGRO — como também as parcelas de crédito de investimento, vencidas este ano, pelo prazo de 2 anos no mínimo; 3 — prorrogação dos financiamentos de custeio, não amparados pelo PROAGRO, por um período de 3 anos, para que os produtores que tiverem frustrações nas lavouras, bem como por iguais períodos as parcelas de investimentos que deveriam ser pagas com o resultado da atual safra; 4 — concessão de financiamento de emergência, para produtores que tiverem frustrações de lavoura e que não disponham de recurso para obtenção, no valor de 450 cruzeiros por hectare, para pagamento em 2 anos, igualmente ao concedido para os tricultores do Rio Grande do Sul na colheita frustrada de 1977; 5 — a aceleração do processo da análise do PROAGRO, a nível bancário, de forma a proceder a desobrigação do produtor no mais curto prazo possível e editar a incidência de juros sobre saldos devedores, após os vencimentos dos contratos de custeio e, ou, investimentos; 6 — as medidas apontadas como indispensáveis frente a situação de frustração da safra do Estado do Paraná, deverão contemplar os produtores mediante um detido exame, caso a caso, através dos agentes financeiros que, para tanto, dispõem de suas vistorias e dos laudos de assistência técnica oficial.

É o que S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Governador do Estado, acompanhado de quadros semanais, das vistorias feitas a nível de núcleos regionais encaminhou ao Sr. Presidente da República. Os dados, do conhecimento dos representantes do povo nesta Assembléia Legislativa do Estado são de estarrecer.

Os últimos levantamentos feitos na área de produção deste Estado indicam que as quebras giram em torno de 71%, reduzindo, portanto, as 868 mil, 640 toneladas previstas inicialmente para 254 mil e 310 toneladas na quebra. Verifica-se que nos núcleos regionais de Cascavel, Campo Mourão, Guarapuava, Pato Branco, Jacarezinho, Cornélio Procopio, Umuarama, Maringá, Londrina, Ponta Grossa, União da Vitória, Curitiba e Paranavaí, as quebras da produção estão situadas a menor na ordem de 40% e a maior alcançando até 85%.

Os quadros encaminhados ao Sr. Presidente da República são altamente esclarecedores porque são acompanhados de levantamentos honestos que indicam a situação aflitiva que vive o produtor paranaense.

Não bastasse a preocupação do Governador do Estado que tem mantido contato permanente com as autoridades federais do setor, em especial a insistência do Governador do Estado junto ao Presidente da República, acaba de regressar de Brasília o Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Paulo Carneiro Ribeiro. Esteve S. Ex<sup>a</sup> com o Sr. Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen e com o Sr. Ministro da Agricultura, Alysom quem conversou longamente e com o respaldo dos dois

Ministros de Estado, contactou posteriormente com o Presidente do Banco Central e com o Presidente do Banco do Brasil.

Pode-se, no instante em que uso da palavra, para informar os Srs. Parlamentares das providências da área governamental, afirmar que a acolhida da reivindicação governamental por parte do Presidente da República e das autoridades federais, indicam que, a curto prazo, os apelos dos paranaenses serão atendidos. Porquanto as reivindicações foram feitas de forma a mais honesta. Nenhuma frase de demagogia insere a pretensão do Governo do Estado do Paraná.

Pede S. Ex<sup>a</sup> providências altamente capazes de resolver o problema de nosso produtor. E todas elas viáveis, porquanto disponibilidade existe no setor financeiro do Governo Federal, onde se retém, segundo as últimas notícias, grande parte do montante da moeda circulante no País.

Desejava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao final desta informação, apresentar à consideração do Plenário, nos termos do Regimento Interno, requerimento que pretendo se encaminhe aos Exm<sup>os</sup> Srs. Ministros da Fazenda Mário Henrique Simonsen, da Agricultura Alysso Paulinelli, aos Presidentes do Banco Central e do Brasil. (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, nos termos do Regimento Interno, ouvido Plenário, requer se encaminhe aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Fazenda Mário Henrique Simonsen e da Agricultura Alysso Paulinelli, bem como aos Presidentes do Banco Central e Banco do Brasil, telex nos seguintes termos:

"Manifestação unânime Assembléia Legislativa Paraná de apoio a reivindicações encaminhadas Senhor Governador Jayme Canet Júnior à Sua Excelência Senhor Presidente República General Ernesto Geisel através ofício nº 86/78 datado 19 março corrente consubstanciando pedido medidas urgentes et excepcionais visando dar condições produtor paranaense continuar colaborando processo produtivo saldando seus compromissos vg implantando novas lavouras et mantendo sua propriedade et família condignamente pt

Justas pretensões ali contidas foram defendidas junto Vossa Excelência pelo Senhor Doutor Paulo Carneiro Ribeiro, Secretário Negócios Agricultura Paraná última semana pt Paraná aguarda confiante pronto atendimento a fim poder continuar prestando sua colaboração processo desenvolvimento econômico et Social Nação pt Saudações."

Sala das Sessões, em 8 de março de 1978."

Quero crer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não haverá de faltar ao Paraná e à sua gente, nesta hora de aflição, a presença do Governo da República, em atendendo ao que neste Relatório e nesta petição, pretende o Chefe do Poder Executivo, para que todos tenhamos a esperança de nas safras futuras podermos continuar contando com a colaboração dos brasileiros do Paraná na construção e no fortalecimento de nossa economia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando deixava a Presidência e me encaminhava à tribuna, me foi entregue por um funcionário do Palácio Iguaçu um envelope, contendo a Mensagem 01/78, que está em minhas mãos e será, imediatamente, encaminhada ao Departamento Legislativo para que esse Departamento faça a sua distribuição.

Trata-se da Mensagem que concede aumento ao funcionalismo público do Estado que já, portanto, se encontra nesta Casa e deverá, a partir de agora, merecer os pareceres das Comissões para, posteriormente, ser encaminhada a este plenário.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi). — A Presidência consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a



Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — **(Pela ordem)**. Sr. Presidente, V.

Ex<sup>a</sup> da Tribuna, teria anunciado a chegada a este Poder, através de um funcionário do Palácio do Governo, da mensagem que trata do aumento do funcionalismo estadual?

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — Informação correta.

O SR. ENÉAS FARIA — Encareceria de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que, imediatamente fornecesse cópias da mensagem, na sua íntegra, às Lideranças desta Casa.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — Tão logo seja protocolada dentro do rito regimental, a Presidência autorizará o fornecimento de cópias às lideranças dos dois Partidos.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 133/77, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que dá nova redação ao Art. 70 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16/11/70. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ENÉAS FARIA — **(Pela ordem)**. Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — Deferido. Em votação o Projeto de Lei nº 133/77. — **(Pausa)**.

20 Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — A Presidência defere e solicitará do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

**(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). (Pausa)**

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — 32 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para deliberação.

Em votação ao Projeto de Lei nº 133/77. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando urgência para o desentranhamento do projeto de lei de sua autoria, que pede a criação do Município de Figueira. — **Deferido. — Ao Departamento Administrativo para as providências.**

Expediente de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados do M.D.B., para integrarem as respectivas Comissões Permanentes da Casa. — **Ao Departamento Legislativo. — Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Adalberto Daros e Valter Pietrângelo, como membros efetivos e Srs. Deputados Lineu Turra e Domício Scaramella, como suplentes, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga atividades do IPE. — **Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Adalberto Daros, Nilso Sguarezi e Trajano Bastos, na condição de titulares, e dos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho, como suplentes, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a criminalidade no Estado. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thoma-

zoni, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados telex aos Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, bem como aos Presidentes do Banco Central e Banco do Brasil, apresentando unânime manifestação de apoio às reivindicações feitas pelo Sr. Governador do Estado junto a Presidência da República. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Alfredo Matzenbacher. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Haidêe Bassani, ocorrido no Município de Pitanga. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo de Campos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo lançamento do periódico "O Brasil para Cristo em Revista". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, consubstanciado em solicitação para ver das possibilidades da instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito no Distrito de Sarandi, Município de Marialva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, objetivando a construção de dois prédios escolares, no Distrito de Sarandi, Município de Marialva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da íntegra do pronunciamento proferido pelo Tenente-Coronel Tarcísio C. Nunes Ferreira, durante reunião do Lions Club de Ponta Grossa. — **Aprovado. — (O pronunciamento acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, consubstanciado em pedido de informações, referentes a distribuição de cadernos escolares. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, visando providências no sentido de substituir o atual ocupante do cargo de Delegado de Polícia do Município de Iretama, por elemento pertencente ao quadro próprio da referida Secretaria. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — **(Pela ordem)**. — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — A Presidência atende. Solicito dos eminentes Srs. Deputados em especial ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, que tomem os seus lugares para viabilizar a conferência de votos.

**(Faz soar os tímpanos).**

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. — **(Pausa)**. — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — **(Pausa)**. — 18 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado se abstém de votar. Não há "quorum" para deliberação, tão

somente para discussão da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, em forma de voto de protesto pela forma discriminatória, adotada pela ACARPA na elaboração da programação artística que será apresentada por ocasião da Exposição de Gado Leiteiro, no Parque Castello Branco.— Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhadas cópias de contas apresentadas pela COPEL, referente ao consumidor residente na Vila Oficinas, nesta Capital.— Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações pela visita que faz o Sr. Presidente da República à Alemanha.— Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a leitura do texto do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Deferida a solicitação do Sr. Deputado Enéas Faria.

(É procedida a leitura do requerimento)

Em discussão o requerimento do Sr. Deputado Rosário Pitelli.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, referente a remuneração do funcionalismo estadual.— Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Esse é um requerimento datado de 2 do corrente, que vem tendo sua decisão sustada desde então?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Perfeitamente. Apresentado na sessão do dia 2, com discussão adiada naquela sessão, nos termos do Art. 150 do Regimento Interno.

O SR. ENÉAS FARIA — Chega à Casa, segundo informa V. Exª, embora não se tenha ainda conhecimento, Mensagem Governamental que trata do aumento do funcionalismo. Parece que prejudica, depois de ter por tanto dormitado, prejudica a chegada dessa Mensagem, a apreciação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere a retirada da proposição.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a interferência do Poder Executivo, objetivando regularizar a situação, juridicamente anômala, do Aeroporto de Ivaiporã, assim como o Grupo Escolar Barão do Cerro Azul e Posto de Puericultura da referida cidade.— Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 09, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 133/77;

marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/77.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 8 DE MARÇO de 1.978.**

#### "QUEBRAR CICLO DO MEDO"

— "Uma nação há de ter sua história escrita pela ação de seus líderes, e não pela aparente eficácia de suas leis. Das leis não queremos apenas eficácia, acima de tudo elas precisam ter equidade. As normas impostas não bastam que sejam legais, elas precisam ser legítimas" — disse o tenente-coronel Tarcísio C. Nunes Ferreira, comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindado, sediado em Ponta Grossa, em palestra que proferiu na noite do último sábado, na III Reunião do Conselho Distrital do Lions Clube daquela cidade.

Inicialmente, agradecendo o convite que lhe fora feito para proferir a palestra, o oficial começou a discorrer sobre "participação e responsabilidade", tema por ele escolhido, afirmando aos presentes que "os senhores, quando escolhidos para pertencerem ao Lions, o são pelo reconhecimento da liderança natural que exercem em seus ambientes de trabalho e de vida. Se tal fato constitui motivo de orgulho, mais que isso, lhes impõe uma responsabilidade muito grande, à qual não poderão faltar".

— "Esta — prosseguiu — a característica primeira das lideranças naturais ou democráticas, a de nascerem espontâneas no reconhecimento das qualidades que emergem do convívio no grupo, a se alimentarem dos desejos constantes a que esse se apresentam. Quem dá algo que lhe pertence, geralmente se desfaz de bem supérfluo ou bem abundante. É necessário, é útil, mas é muito pouco. Na verdade, a melhor e mais nobre maneira de servir e participar da luta face os problemas comunitários, pois então estaremos fazendo uma doação mais profunda".

— "Mais que tudo — disse — estaremos assumindo a responsabilidade maior de um compromisso na busca da solução que nos pareça a melhor. Estaremos nos expondo ao julgamento do grupo pela maneira com que nos comportando às reações que poderão surgir dentro e fora de nossa comunidade. Este é o preço que as lideranças têm que assumir, para não traírem suas vocações. Porque é preço alto, arriscado e por isso temerário, difícil se torna a missão dos verdadeiros líderes e poucos são os que permanecem fiéis à missão de seu apostolado. Estes constituem os fermentos das sociedades".

— "Só quem luta — prosseguiu o tenente-coronel Tarcísio Ferreira — recolhe vitórias; são as grandes batalhas que lauream os grandes chefes; é na porfia que se forjam as verdadeiras lideranças. Reparem bem que os chamei de fermentos, como líderes, pois que entendemos que a missão de condutores da comunidade não se exercerá pela força da posição em que se encontram, muito menos por meios de coação que possuem, antes pela capacidade de persuasão. Nem mesmo a liberdade, bem inerente à criatura humana, é outorgada às sociedades, que terão que conquistá-la no exercício duro e penoso da política, num esforço constante capaz de assegurar o seu próprio aperfeiçoamento".

— "Por isso — argumentou o oficial — quando se esteriliza politicamente uma Nação, pela ação de governos totalitários, comprometido fica o aperfeiçoamento da sociedade nacional, posto que o espírito criador fica inibido pelo arbítrio primitivo; o sentido da crítica, ainda que construtiva, se atrofia pelo medo da incompreensão, e conseqüentes represálias; a subserviência torna-se o refúgio do instinto de sobrevivência, e a bajulação o escudo dos incapazes.

"Uma nação há de ter sua história escrita pela ação de seus líderes e não pela aparente eficácia das suas leis, posto que se as leis presidem as sociedades, só homens conduzem outros homens. É verdade que o homem em sua longa caminhada em busca do aperfeiçoamento da sociedade em que necessariamente precisa viver, acabou percebendo que só existe um meio eficaz de controle do poder; a lei. Essa, entretanto, não transcende ao homem, ela não existe fora do homem. Ela é produto de uma ética aceita pelos homens. Das leis não queremos apenas eficácia; acima de tudo ela precisa ter equidade.

"As normas impostas não bastam que sejam legais, elas precisam ser legítimas, isto é, estarem consoantes às mais íntimas aspirações do grupo a que se destinam. Ademais, não basta estabelecer as regras para se ganhar o jogo. Este é vencido no campo, pelos homens, de acordo



com a sua atuação, que depende de um preparo e de um desempenho inteligente.

"As regras precisam ser estabelecidas, e principalmente obedecidas. Nunca porém serão perfeitas. Mesmo que o fossem, por si só não conduziriam o homem ao seu maior desempenho. As pessoas é que precisam melhorar, conhecer corretamente os méritos das instituições. Tudo isso promove o desenvolvimento e o bem estar social. As regras se aperfeiçoarão em decorrência. O problema suscitado pela expansão do mundo moderno, sob todas as formas, é direta e profundamente político.

"Não nos esqueçamos — acentuou — que a chave da estabilidade política está na legitimidade. O maior perigo que ameaça hoje a nossa civilização é a estatização da vida, o intervencionismo do Estado, a absorção de toda a espontaneidade histórica. Ceder será fatal. A espontaneidade social ficará violentada; a sociedade terá de viver para o Estado; o homem para a máquina do governo. Bernanos já afirmou que "o Estado totalitário é menos uma causa que um sintoma". A única defesa contra tal perigo consiste em preparar politicamente o povo, e a democracia é o único método efetivo para educar a maioria. A submissão incondicionada à burocracia estatal só pode ser evitada com uma organização social legítima, estruturada naturalmente e defendida pela ação de suas lideranças autênticas".

"Notemos que se liberdade e responsabilidade são incidíveis, em consequência liberdade e competência não de resultar intimamente unidade e, por isso, o homem só é realmente livre enquanto membro da comunidade cuja existência e atividade possa decidir em forma compartilhada; de comunidades que por isso não de velar zelosamente por sua autodeterminação e autogoverno, por sua autonomia, já que não há liberdade sem comunidade, como não há comunidade sem liberdade".

"A prática da democracia, ao mesmo tempo que cultiva a individualidade, incentivando cada membro da sociedade a participar das decisões em tudo que lhe diz respeito, também o educa para as constatações e os veredictos que lhe são contrários. Embora seja natural, a tendência do homem em fazer prevalecer as suas idéias e convicções, alguns chegando mesmo a defendê-las com ações até arbitrarias e violentas, na democracia prevalece o bem comum no consenso geral. Na democracia são livres as iniciativas no campo econômico, como são livres as instituições políticas. Livres até o momento em que possam ameaçar ou prejudicar essas mesmas liberdades intrínsecas ao sistema. Relembro isto porque há os que pensam que subdesenvolvimento e democracia são incompatíveis, especialmente devido ao baixo nível educativo e cultural, mas esquecem que é nos países democráticos que há os mais elevados níveis de progresso, justamente porque as instituições políticas são livres e, especialmente, porque há liberdade de iniciativa".

"Outros temem a democracia porque na verdade têm medo de perder o privilégio que desfrutam nos postos em que se encastelaram e que lhes dão as vantagens decorrentes da riqueza ou do poder. A descontinuidade na prática da democracia cria um problema que, depois, quanto mais tempo se leva para restabelecê-la, mais se torna difícil de solucionar. As novas gerações não são introduzidas no sistema e crescem com formação defeituosa, prorrogando indefinidamente a sua compreensão do que seja democracia.

"Precisamos encontrar urgentemente, para o bem do Brasil, o caminho inteligente para esse incrível impasse institucional. Temos que quebrar o círculo vicioso do medo enquanto ainda há energias para o exercício democrático. Temos que evitar hesitações, pois toda hesitação é perigosa. A democracia que nossa civilização precisa recobrar terá que ser, portanto, a de uma sociedade aberta, fundada no ideal político do Estado de Direito, inspirada nos ideais de liberdade, na garantia dos direitos do homem, na separação e harmonia dos poderes, na livre escolha dos representantes do povo, no direito à propriedade; e assegurada pelas salvaguardas da liberdade individual, através do dever irrecusável do Estado de manter inalteráveis as condições básicas necessárias à plena realização do indivíduo e opondo-se a quaisquer ações estatocráticas que possam restringir ou reprimir a liberdade de iniciativa".

#### PORTARIAS:

PORTARIA Nº 53/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1024, de 20 de fevereiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, à funcionária RUTE DA SILVA LOPES, matrícula nº 226, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de fevereiro de 1978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 54/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1139, de 23 de fevereiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, à funcionária DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, matrícula nº 239, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de fevereiro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 55/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1129, de 23 de fevereiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

- conceder, a EDGAR SANTOS BUQUERA, matrícula nº 485, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 1º de março de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de fevereiro de 1978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 56/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 69, de 03 de janeiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para a partir de 1º de março de 1978, as férias concedidas pela Portaria nº 637/76, à funcionária MARIA MENEGUSO, matrícula nº 562 ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de fevereiro de 1978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 57/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1106, de 22 de fevereiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a ALAIDE MARIA LOFFANGUEM LUZ, matrícula nº 188, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria

ria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 17 de fevereiro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 58/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1010, de 17 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário ANIBAL KHOURY JÚNIOR, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo, no período compreendido entre 22 de fevereiro a 31 de dezembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de março de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral